

## Sumário

### PARTE I – DAS LICITAÇÕES E DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

#### ▪ CAPÍTULO 1

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
1. Histórico .....	19

#### ▪ CAPÍTULO 2

<b>CONTEXTO LEGISLATIVO</b> .....	29
1. Cenário legislativo.....	29
2. Competência legislativa .....	30
3. Lei nº 14.133/2021.....	36
3.1. Aspectos positivos e negativos da nova lei.....	36
3.2. Os impactos normativos – vigência, revogações e alterações.....	39
3.3. Regime de transição.....	42
4. Critérios transnacionais .....	52
5. Impacto da lei de introdução às normas do direito brasileiro à nova lei de licitações .....	53

#### ▪ CAPÍTULO 3

<b>LICITAÇÃO</b> .....	59
1. Conceito .....	59
2. Finalidade .....	59
3. Sujeitos à licitação.....	62
4. Incidência da lei.....	73
5. Princípios básicos.....	75

6. Os agentes públicos e as comissões de licitações .....	94
6.1. Das comissões de licitação na Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 10.520/02.....	94
6.2. Agente de licitação na Lei n. 14.133/2021.....	96
6.2.1. Agente de contratação .....	99
6.2.2. Comissão de contratação .....	101
6.2.3. Banca.....	102
6.2.4. Leiloeiro e pregoeiro.....	103
6.3. Das vedações dos agentes públicos .....	105
7. Modalidades .....	107
7.1. Concorrência.....	116
7.2. Tomada de preços.....	119
7.3. Convite .....	121
7.4. Concurso.....	125
7.5. Leilão.....	127
7.6. Pregão.....	131
7.7. Diálogo competitivo .....	135
7.8. Outras modalidades.....	139
8. Procedimento licitatório.....	141
8.1. Procedimento geral na Lei nº 8.666/93 aplicável aos editais publica- dos até 29/12/2023 .....	141
8.1.1. Fase interna .....	143
8.1.2. Fase externa.....	153
8.2. Procedimento licitatório da Lei nº 10.520/02.....	169
8.2.1. Pregão eletrônico.....	175
8.3. Procedimento geral na Lei nº 14.133/2021.....	184
8.3.1. Fase preparatória.....	185
8.3.2. Fase de divulgação do edital de licitação .....	197
8.3.3. Fase de apresentação de propostas e lances .....	199
8.3.4. Fase de julgamento.....	202
8.3.5. Fase de habilitação.....	210
8.3.6. Fase recursal.....	215
8.3.7. Fase de homologação .....	217
9. Procedimentos auxiliares.....	218
9.1. Credenciamento.....	218
9.2. Procedimento de pré-qualificação.....	219
9.3. Procedimento de manifestação de interesse.....	220

9.4. Sistema de registros de preços .....	221
9.5. Registro cadastral .....	227
10. Algumas licitações .....	230
10.1. Licitações de grande vulto e alta complexidade técnica .....	230
10.2. Licitações internas e internacionais.....	232
10.3. Licitações das microempresas e empresas de pequeno porte.....	234
10.4. Licitação para contratação de serviço de publicidade.....	239
10.5. Regime diferenciado de contratações (RDC) .....	241
10.6. Licitações nas empresas públicas e sociedades de economia mista (Lei n. 13.303/2016).....	246
10.7. Regime de licitação e contratação pública para enfrentamento à pandemia de Covid-19.....	256
10.8. Regime de licitação e contratação pública para <i>startups</i> .....	263
▪ <b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>CONTRATAÇÃO DIRETA</b> .....	267
1. Contratação direta – dispensa e inexigibilidade .....	267
2. Inexigibilidade .....	271
2.1. Pressupostos para a realização da licitação .....	271
2.2. Objeto licitável e a pluralidade.....	273
2.2.1. Bem singular .....	274
2.2.2. Serviços singulares.....	274
2.2.3. Hipóteses legais de inexigibilidade .....	275
2.2.3.1. Produtor, empresa ou representante exclusivo.....	276
2.2.3.2. Serviços técnicos especializados.....	277
2.2.3.3. Setor artístico .....	284
2.2.3.4. Credenciamento.....	285
2.2.3.5. Aquisição e locação de imóvel.....	286
3. Dispensa de licitação.....	287
3.1. Licitação dispensada.....	287
3.2. Licitação dispensável.....	290
3.2.1. Quadro comparativo – Dispensa de licitação.....	308
▪ <b>CAPÍTULO 5</b>	
<b>CONTRATOS ADMINISTRATIVOS</b> .....	319
1. Conceito .....	319
2. Características.....	322

3. Formalismo .....	324
4. Cláusulas necessárias.....	332
5. Regime de execução .....	339
6. Garantia .....	342
7. Duração do contrato .....	346
8. Pagamentos devidos ao contratado.....	353
9. Cláusulas exorbitantes .....	364
10. Alteração contratual.....	372
10.1. Alteração unilateral do contrato administrativo .....	373
10.2. Alteração bilateral do contrato.....	377
10.2.1. Teoria da imprevisão .....	380
10.3. Situações específicas para alguns contratos.....	382
10.4. Matriz de alocação de riscos .....	384
11. Da execução do contrato e suas responsabilidades .....	386
12. Regras para entrega do objeto do contrato .....	393
13. Extinção do contrato administrativo.....	396
13.1. Formas de extinção do contrato da Lei n. 8.666/93.....	396
13.2. Das hipóteses de extinção dos contratos na Lei n. 14.133/2021 .....	403
13.3. Das nulidades do contrato administrativo .....	406
13.4. Meios alternativos de resolução de controvérsias .....	408
14. Contratos em espécie .....	410
14.1. Contratos propriamente ditos .....	411
14.2. Contrato de concessão .....	413
14.2.1. Concessão comum de serviço público.....	414
14.2.1.1. Fundamento legal .....	414
14.2.1.2. Conceito .....	415
14.2.1.3. Poder concedente.....	416
14.2.1.4. O concessionário.....	420
14.2.1.5. Direitos e obrigações do usuário .....	424
14.2.1.6. Natureza jurídica .....	427
14.2.1.7. Distinções.....	427
14.2.1.8. Formalidades da concessão.....	428
14.2.1.9. A remuneração e a política tarifária.....	437
14.2.1.10. Formas de extinção.....	441
14.3. Parcerias do poder público com os particulares.....	444

14.3.1. Conceito.....	445
14.3.2. Legislação.....	445
14.3.3. Objetivos.....	448
14.3.4. Modalidades.....	448
14.3.5. Características.....	450
14.3.6. Diretrizes.....	452
14.3.7. Formalização da concessão especial.....	453
14.3.8. Vedações.....	460
14.3.9. Concessões especiais para o âmbito federal.....	461
14.4. Permissão de serviço público.....	465
14.4.1. Conceito e requisitos.....	465
14.4.2. A precariedade e a formalização.....	465
14.4.3. Principais diferenças.....	469
14.5. Contrato de gestão.....	470
15. Convênios e consórcios.....	474
16. Consórcios públicos.....	478
16.1. Objetivos.....	480
16.2. Formalização.....	481
16.3. Prestação de serviços públicos e o contrato de programa.....	486
16.4. Recursos financeiros.....	487
16.5. Alteração e extinção do consórcio público.....	488
17. Contratos nas empresas públicas e sociedades de economia mista.....	489
18. Contrato público de solução inovadora (CPSI).....	492
▪ <b>CAPÍTULO 6</b>	
<b>IRREGULARIDADES E SANÇÕES.....</b>	<b>495</b>
1. Das infrações e sanções administrativas.....	495
1.1. Sanções na Lei nº 8.666/93.....	496
1.2. Sanções na Lei nº 10.520/2002.....	498
1.3. Sanções na Lei nº 12.462/2011.....	499
1.4. Sanções na Lei nº 14.133/2021.....	499
1.5. Infrações da Lei nº 8.666/93.....	502
1.6. Infrações na Lei nº 10.520/2002 e na Lei nº 12.462/2011.....	503
1.7. Infrações na Lei nº 14.133/2021.....	503

2. Do procedimento administrativo de apuração das infrações administrativas.....	506
--	-----

▪ **CAPÍTULO 7**

**RECURSO ADMINISTRATIVO** ..... 511

1. Recurso administrativo em sentido amplo.....	511
2. O recurso administrativo na Lei nº 8.666/93 .....	513
3. Dos recursos administrativos na Lei nº 10.520/2002 .....	515
4. Dos recursos administrativos na Lei nº 12.462/2011.....	516
5. Dos recursos administrativos na Lei nº 14.133/2021.....	518

▪ **CAPÍTULO 8**

**CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS** ..... 523

1. A importância do controle.....	523
2. As linhas de defesa .....	524
3. Controle administrativo, legislativo e judicial .....	526
4. Controle interno e externo .....	527
5. Controle de legalidade .....	531
5.1. A exigência de processo administrativo prévio .....	532
5.2. Convalidação ou saneamento .....	534
5.3. Estabilização de efeitos.....	536
6. O processo de controle .....	547

▪ **CAPÍTULO 9**

**RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA**..... 553

1. Responsabilidade civil .....	554
1.1. Das responsabilidades dos agentes públicos nas contratações públicas .....	559
1.2. Dos elementos da responsabilidade dos agentes públicos.....	564

1.3. Das responsabilidades dos agentes públicos nas leis de licitações e contratos .....	569
1.4. Parecerista jurídico .....	574
2. Responsabilidade por ato de improbidade administrativa – Lei nº 8.429/92 ...	581
3. Da responsabilidade na lei Nº 12.846/2013 das pessoas jurídicas nas licitações e contratações .....	606

## PARTE II DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

### ▪ CAPÍTULO 1

<b>DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....</b>	<b>635</b>
1. Introdução.....	635
2. Justiça penal negociada e os crimes em licitações e contratos administrativos.....	639
3. Informante do bem ou “whistleblower” .....	650
4. Crimes em espécie .....	653
5. Pena de multa.....	711

## PARTE III QUADRO COMPARATIVO

<b>QUADRO COMPARATIVO .....</b>	<b>717</b>
---------------------------------	------------